



O JORNALISMO FORA DE FOCO: REFLEXÕES DAS NARRATIVAS DO JORNAL DIÁRIO DO PARÁ¹

Israel Martins ARAUJO²

Vitória Mendes ALVES³

Alda Cristina COSTA⁴

Universidade Federal do Pará, Belém, PA.

RESUMO

Este artigo tem por diretriz examinar e discutir o perfil da narrativa do jornal O Diário do Pará, e as inter-relações políticas que permeiam a composição da notícia que o jornal oferece à sociedade. O objeto de análise escolhido foi a matéria: “Terra sem lei! Violência dispara no Governo Jatene” publicada no dia 15 de janeiro de 2014, na qual a narrativa elaborada por infográficos, ilustrações e corpo textual almeja construir uma imagem violenta a respeito do Estado do Pará. As análises presentes neste, buscam a partir da narrativa jornalística e reflexões acerca de conflitos políticos, debater as relações entre política, jornalismo, narrativa e violência.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Jornalismo; Narrativa; Política; Violência.

Considerações iniciais

O jornalismo contemporâneo tem sido colocado constantemente no foco de análise dos estudiosos, considerando que as informações produzidas influenciam a formação de opinião dos indivíduos, assim como geram mecanismos de debates no cenário social. Ou, essas mesmas informações contrariaram os interesses públicos, privilegiando construções parciais de assuntos relevantes para a sociedade.

Não é possível falar de jornalismo sem incluir no debate os veículos de comunicação, que são empresas aliadas à lógica capitalista. No estado do Pará, o grande anunciante publicitário dos veículos ainda é o governo, uma vez que o Estado, mesmo considerando todas suas riquezas minerais e potenciais, ainda carece de um número maior de grandes empresas ou indústrias para manter em circulação esse mercado. Essa

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 01 a 03 de maio de 2014.

² Estudante de Graduação 3º. Semestre do Curso de Ciências Sociais da UFPA, e-mail: israel.araujocs@outlook.com.

³ Estudante de Graduação 3º. Semestre do Curso de Jornalismo da UFPA, e-mail: vimendesalv@gmail.com.

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UFPA, e-mail: aldacristinacosta@gmail.com.



lógica de funcionamento acaba fazendo com que os jornais locais se “partidarizem”, no sentido de criar alianças políticas e ideológicas, a fim de manter a lógica comercial que sustenta o mercado jornalístico.

Constatamos, a partir de leitura diária dos jornais locais, uma diferença de cobertura nos assuntos que envolvem a participação do Estado. As notícias publicadas ganham destaques e enfoques diferenciados de acordo com as alianças políticas. No momento em que há ruptura política, automaticamente, acontece também ruptura comercial entre veículos e partidos políticos que estão ocupando, no momento, o poder. Essa ruptura provoca de imediato uma mudança no tratamento jornalístico, que passam a reiterar insistentemente, de forma negativa, os problemas da administração pública. Isso não seria negativo se de fato os veículos estivessem preocupados com os interesses coletivos. Tais conflitos fazem com que se questione a qualidade e credibilidade do que é noticiado, bem como, seja levantado o debate sobre os limites entre os interesses políticos e comerciais dos veículos, assim como o interesse público.

O presente artigo tem como objetivo analisar as narrativas jornalísticas do jornal Diário do Pará sobre a temática segurança pública⁵. Como objeto de análise, selecionamos a matéria publicada no jornal Diário do Pará, no dia 15 de janeiro de 2014, intitulada “Terra sem lei! Violência dispara no Governo Jatene” em que o veículo utiliza desenhos e infográficos para demarca o aumento da violência no estado do Pará., evidenciando uma disputa política⁶ em detrimento do interesse público.

Contexto paraense

O panorama das empresas de comunicação se configura do seguinte modo no Pará, dois grandes grupos dominam o mercado da comunicação: as Organizações Romulo Maiorana (ORM), da família Maiorana e a Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA), da família Barbalho. Ambas possuem jornais impressos, rádios, filiações a canais nacionais de televisão (Globo e Bandeirantes, respectivamente) e outros produtos midiáticos. Os interesses econômicos e políticos dos dois grupos têm sido diretamente confrontados ao longo do tempo. Segundo Socorro Veloso,

⁵ A temática segurança pública foi selecionada considerando que participamos, como colaboradores, do projeto de pesquisa Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia paraense, desenvolvido pela Universidade Federal do Pará e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, coordenado pela professora doutora do Instituto de Letras e Comunicação (UFPA), Alda Cristina Costa.

⁶ No ano de 2014 serão realizadas eleições para escolha de presidente da República, governador do Estado, senador, deputados federais e deputados estaduais. E o PMDB, acena com a candidatura de Helder Barbalho, filho do senador Jader Barbalho, como candidato ao Governo do Pará, em oposição à candidatura de reeleição de Simão Jatene.



Mantidos por oligarquias empresariais e políticas, os veículos de comunicação regionais sofisticaram-se na forma, mas se mantêm conservadores na concepção do conteúdo. Neles predomina a visão hegemônica, que superficializa os acontecimentos, submetendo-os ao chamado “pensamento único”, em contraponto a um mundo cada vez mais complexo e plural. (VELOSO, 2008)

Nesse artigo, trabalharemos apenas com o jornal Diário do Pará ligado à Rede Brasil Amazônia de Comunicação, que nasceu para sustentar a trajetória política de seus proprietários, a família Barbalho. O jornal foi fundado em 1982, mesmo ano em que o político Jader Barbalho⁷ foi eleito governador do estado do Pará, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Na década de 1990, quando Jader exerceu o cargo de senador (1994-2001), o grupo RBA viveu um momento de ascensão.

Atualmente, Jader Barbalho ocupa a vaga de senador pelo PMDB e o seu filho, Helder Barbalho foi prefeito do segundo maior colégio eleitoral do Estado, município de Ananindeua de 2005 a 2012. E, seguindo a lógica que sustenta a linha editorial do jornal Diário ao longo dos anos, os interesses políticos da família são o pano de fundo ideológico das publicações do jornal.

A linha editorial dos periódicos locais conduz invariavelmente à conclusão de que os interesses de seus dirigentes são tratados como prioridade absoluta. Esses interesses, obviamente, estão muito distantes do conceito de informação como um bem social, ao qual todos poderiam ter acesso, indiscriminadamente. (VELOSO, 2008)⁸

No contexto dos últimos dois anos, constatamos que o periódico declarou uma espécie de “guerra” à administração estadual, comandada por Simão Jatene, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), adversário do PMDB. Não são poucos os exemplos de notícias, reportagens e séries do Diário que reiteram a noção de um interesse político se sobressaindo aos interesses públicos.

Para este artigo, foi selecionada a matéria publicada no dia 15 de janeiro de 2014, intitulada “Terra sem lei! Violência dispara no Governo Jatene”. Ela foi capa do jornal e publicada em uma página inteira no caderno principal. Ela é assinada por Cintia Magno e seu conteúdo é a divulgação de dados sobre os índices de criminalidade no ano de 2013, fornecidos pelo Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), obtidos

⁷ Atual senador da República pelo PMDB

⁸ A presente citação foi retirada de um artigo alocado na revista Tempo Social. No mesmo, não constava a numeração das páginas, portanto, não foi possível informar as páginas nas citações de VELOSO, porém, encontra-se disponível o arquivo em: <http://sbpjour.kamotini.kingghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/individual67/mariadosocorroveloso.pdf>. Acessado em: 21/03/2014.

através do Sindicato de Servidores da Polícia Civil (SINDPOL). Entre os crimes, estão os homicídios, latrocínios e roubos. Ao longo do texto, os dados são destrinchados através de comparações entre os índices de 2012 e também de 2011. Há, também, declarações de Rubens Texeira, presidente do SINDPOL. O texto termina com a observação, sustentada pela entrevista, de que o há um déficit de policiais no Pará.

A ilustração que acompanha o texto é o desenho de um homem, cuja pele está marcada pelos números de furtos e roubos nos anos de 2011, 2012 e 2013; além de gráficos que comparam os índices somados deste período. Há, também, outro gráfico localizado em seu braço que mostra o número total de homicídios somados aos latrocínios nos últimos três anos.

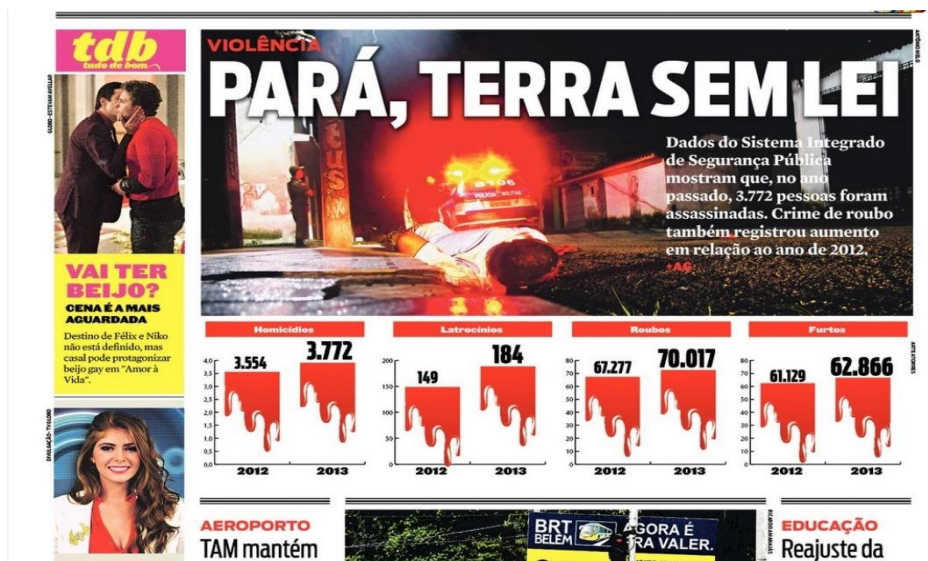


Figura 1 – Capa da edição do dia 15 de janeiro de 2014.

É importante destacar que o problema percebido não está na divulgação das informações, mas na construção do jornal ao redor dos fatos, que é permeada de intencionalidades políticas. Levamos em conta que o bom exercício da atividade jornalística implica, inevitavelmente, em isenção e pluralidade ao divulgar a notícia, para o bem da sociedade. No entanto, não é desta forma que as notícias do periódico em questão têm sido construídas. Os interesses da esfera privada se sobrepõem ao que é de interesse público.

Entre o espaço público e o privado

As ideias e opiniões, no que concerne a sociedade, são formadas no seio da esfera pública, ou espaço público; tais pensamentos constitutivos da opinião pública são



construídos por processos interacionais que a comunicação [no caso específico: os jornais] elabora e estabelece. A esfera pública é, portanto, o espaço onde tudo é ouvido e se é visto.

Hannah Arendt, pensadora que viveu e trouxe como experiência, uma sociedade moderna que irrompia a era com um regime, o qual usava da comunicação e mídia como formas de dominação do pensamento comum, define:

“A realidade da esfera pública conta com a presença simultânea de inúmeros aspectos e perspectivas nos quais o mundo comum se apresenta (...) É este o significado da vida pública, em comparação com a qual até mesmo a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou a multiplicação de cada indivíduo, com seus respectivos aspectos e perspectivas. A subjetividade da privacidade pode prolongar-se e multiplicar-se na família; pode até mesmo tornar-se tão forte que o seu peso é sentido na esfera pública; mas esse mundo familiar jamais pode substituir a realidade resultante da soma total de aspectos apresentados por um objeto a uma multidão de espectadores” (ARENDR, 1981, p. 67).

A relação do público com a sociedade é entendida, pois, como a construção de um espaço ou mundo comum, ou seja, a construção de meios articulados nos quais os indivíduos compartilham interesses comuns. Arendt (2008) vai além, e define espaço público como “o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós”. Marcada por um regime totalitário, é compreensível o pensamento da autora ao afirmar que este espaço público e representativo do real, só é fiel e de fato, representativo, quando explanado e posto sob os diferentes ângulos de observação humana:

Somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que veem o mesmo na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo manifestar-se de maneira real e fidedigna. (ARENDR, 2008, p.67).

A elaboração desse espaço, então, é constituída das mais diversas opiniões. A esfera pública seria o arcabouço de ideias que se estabelece no mundo a partir dos vários pontos de vista, conceituada exemplarmente Esteves (1995) como não mais um espaço físico ou palpável, mas algo mais simbólico, virtual e reticular. Ou como define Telles (1990)⁹: é um “espaço da deliberação conjunta, através da qual os homens, na medida em que capazes de ação e opinião tornam-se interessados e responsáveis pelas questões que dizem respeito a um destino comum”.

⁹ A presente citação foi retirada de um artigo alocado na revista Tempo Social. No mesmo, não constava a numeração das páginas, portanto, não foi possível as informar as páginas nas citações de TELLES, porém, encontra-se disponível o arquivo em: http://www.flch.usp.br/sociologia/tempocial/site/images/stories/edicoes/v021/espaco_publico.pdf. Acessado em: 22/03/2014.



O que se define por espaços aqui é o conjunto imaginário e social onde habitam as construções das ideias, nas quais a mídia possui aguda influência. O cume da discussão e conflito entre público e privado na mídia, instaura-se quando a subjetividade emerge de interesses particulares e polariza a formação da realidade, ou seja, “os homens só terão confiança em suas subjetividades e tenderão sempre a fazer de seus interesses privados e particulares, a medida de todas as coisas.” (Telles, 1990). Isso se aplica, minuciosamente, aos editoriais jornalísticos, que transitam da sua obrigação pública, para interesses privados.

Nesse retraimento para a subjetividade, Hannah Arendt localiza o perigo de uma projeção na esfera pública de critérios que só podem ter validade na experiência privada. Nesse caso, o risco é o de comprometimento do juízo público, pois é a própria veracidade e objetividade dos fatos e da realidade que se encontra comprometida. (Telles, 1990)

O ser ou indivíduo que compartilhava da esfera pública, agora, está isolado e submetido à esfera particular do pensamento, ou de formação da opinião; esta, articulada por jornais, ao passo que os mesmos possuem uma grande voz, a qual é poderosa e ecoa no imaginário popular. Então que, segundo Arendt (1981a, p. 67-68) o sujeito é amarrado e reduzido à subjetividade da vida privada, dos interesses privados de cunho moral e político.

Ou como melhor define a autora (Arendt, 1993, p. 67) o mundo comum, ou a esfera comum e pública da circulação de ideias acaba, quando é vista somente sob um ângulo de observação. No caso específico deste artigo, quando ele é polarizado em um ponto de vista.

Eles tendem então, a calcular como sua notícia será dada e passada aos leitores que lhe dão credibilidade como veículo de notícia, para então substituir a visão plural que Arendt defendia como constituidora do espaço público, para configurar agora a visão subjetiva e orientada do fato.

Em suma, a relação de rivalidade política do impresso para com certo partido, neste caso, o PSDB, confere mais ainda autoridade ao jornal que, dissolve a esfera pública e plural do pensamento, para resguardar suas notícias (formadoras da opinião pública) no seio dos interesses subjetivos, alterando então suas narrativas de acordo com suas demandas.

Análise da narrativa jornalística

Analisar a narrativa jornalística da matéria objeto de nosso artigo é, em última instância, investigar as intenções na produção de efeitos sobre os leitores a partir do discurso midiático do Diário do Pará. Segundo Luiz Gonzaga Motta,

A organização narrativa do discurso midiático, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória, portanto. Realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produzem certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados). Quando o narrador configura um discurso na sua forma narrativa, ele introduz necessariamente uma força ilocutiva responsável pelos efeitos que vai gerar no seu destinatário. (MOTTA, 2005,pág. 2)

Como consequência de uma investigação das estratégias narrativas que estão presentes no texto da matéria, podemos identificar as intenções motivadoras da divulgação dos índices de criminalidade no Pará. Corroborar-se, neste caso, a hipótese de que o principal fator por trás da matéria é o interesse político do jornal.

O título



Figura 2 – Título da matéria que ganhou destaque na capa.

A escolha do título “Terra Sem Lei! Violência dispara no governo Jatene” é possivelmente, o indicativo narrativo mais notável das intenções políticas por trás da divulgação de dados no texto. Para dar sustentação ao posicionamento de rivalidade em relação à atual gestão estadual que o jornal adota, apenas indicar o aumento do índice de criminalidade em determinado período não é o suficiente.

Ao afirmar que o Pará é uma “terra sem lei”, percebe-se a crítica implícita à falta de comando e de gestão do partido que está no poder (PSDB). Cria-se a imagem de um



governo negligente e sem capacidade de conter a violência no estado. Não se deve esquecer que 2014 é um ano de eleições, portanto este ataque é, ao mesmo tempo, uma forma de se colocar como uma opção melhor para assumir o governo do estado.

Também é necessário para a o jornal atribuir culpados pelos índices que aparecem na matéria. Com o destaque do nome do governador e adversário político no título infere-se que há a intenção de apontar Jatene como responsável direto pelos números.

O uso de dados estatísticos no texto

Segundo Leonarda Musumeci, o uso de estatísticas em matérias sobre criminalidade, violência e segurança pública contextualiza fatos específicos narrados na matéria; qualificam o tratamento jornalístico na medida em que o afasta do sensacionalismo, além de afirmar que

Os números são importantes para se saber, por exemplo, se os níveis de criminalidade estão melhorando ou piorando, se as políticas de segurança estão dando certo ou não, se a propaganda oficial sobre as realizações nessa área é fidedigna ou enganosa. Eles fornecem uma referência para que os cidadãos, bem informados, possam participar, pressionar as autoridades e cobrar soluções reais para os problemas.” (MUSUMECI, p. 151, 2007)

No caso da matéria, as vantagens de se utilizar dados estatísticos foram mais uma das estratégias narrativas para legitimar o posicionamento do jornal em relação ao governo. Motta (2005) também afirma que os números causam a sensação de rigor e precisão. O uso de dados divulgados por uma fonte externa ao Diário, o Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), cria a ilusão de uma suposta isenção de intencionalidade por parte do jornal, conferindo aos leitores maior credibilidade sobre o que é dito.

As aspas como recurso de distanciamento

O único entrevistado no texto é o responsável, na construção, pela crítica direta ao poder público. Rubens Teixeira, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Polícia Civil (SINDPOL), afirma na entrevista o seguinte: “O que precisa, de quem está à frente, é compromisso de ter iniciativa para mudar isso. A gente percebe que os índices só crescem, então, até agora ninguém teve essa iniciativa. Com certeza esse cenário poderia ter sido diferente se o poder público tivesse agido”

Destaca Motta (2005),

As citações freqüentes, por exemplo, conferem veracidade. São utilizadas para dar a impressão de que são as pessoas reais que falam, que o jornalista não está intervindo. Observe, porém, que ao citar, o jornalista pinça da fala da fonte aspectos que pretende ressaltar dando outra dimensão ao discurso, dirigindo a leitura. As citações encobrem muito bem a subjetividade porque o leitor supõe que elas reproduzem literalmente o que a fonte disse e quis destacar. Produzem a sensação de uma proximidade entre a fonte e o leitor. Dissimulam a mediação. (MOTTA, 2005, p. 10)

Na construção narrativa, o jornal atribui a uma pessoa “de fora” a opinião crítica, causando a falsa sensação de objetividade e imparcialidade jornalística. Afasta do narrador, portanto, a responsabilidade sobre a crítica proferida. Sustenta-se, dessa forma, a impressão de objetividade, um valor caro ao jornalismo de qualidade.

A ilustração

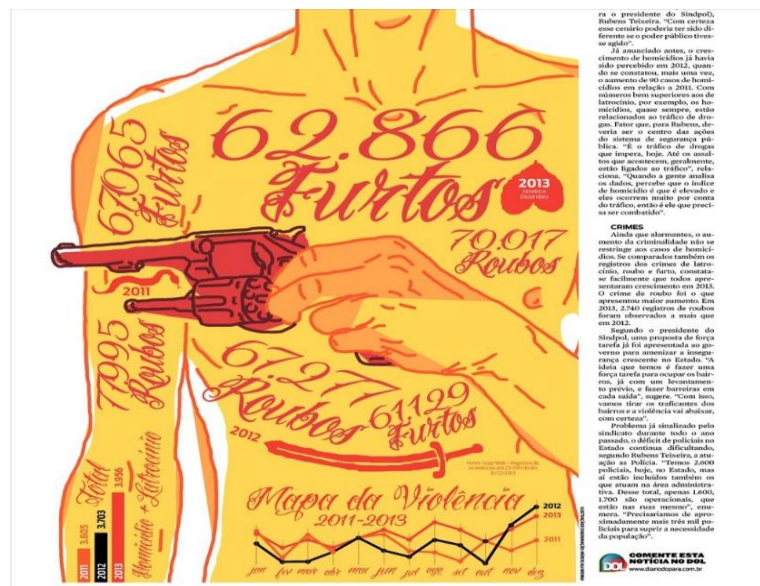


Figura 3 – ilustração composta por infográficos e dados sobre o avanço da violência.

Os números inseridos no corpo do desenho causam a ideia de que a violência é algo que vitima o ser humano; eles mostram que tais dados não se referem a algo que é de uma realidade distante, mas “vivido na pele”. O uso do corpo que abriga os dados não é uma escolha aleatória, mas um destaque de quem é a vítima de todos esses crimes: o ser humano.

As cores vivas e chamativas combinadas com números muito grandes, quando colocadas em destaque, são uma estratégia para causar impacto sobre os leitores, já que os dados aparentam ser muito mais preocupantes agrupados.

Interferências políticas

Alguns fatos que circundam a esfera pública, muito geralmente, tendem a ganhar notoriedade e abordagens específicas em jornais diferentes. As narrativas são construídas de formas diferentes, mesmo abordando o mesmo fato, e no caso em questão, no objeto de análise utilizado, constatou-se que há simbiose entre O Diário do Pará o PMDB, além da demonstração de rivalidade política com o PSDB.

Segundo Seymour-Ure, o Paralelismo Político está presente quando existem laços entre jornais e partidos políticos. Isso existe na sua mais forte forma quando cada jornal apóia um partido que é altamente visível nas principais colunas e em sessões editoriais do jornal - mas por vezes, também, nas próprias notícias¹⁰.

Seymour-Ure estabeleceu também níveis de interações entre esses dois polos, os quais podem atingir explícitas relações entre os mesmos, ou disfarçadas e escondidas, ou até mesmo subentendidas relações entre jornal e partido. No caso analisado, d'O Diário do Pará, é perceptível como este, narra ou informa os índices da violência, compondo uma ideia do terror ou do horror que se instaura no Estado.

A discussão então proposta, é como existe uma relação clara e cruzada entre o jornal em questão, e um partido [PMDB] ou ideologia partidária, e como isso afeta a construção da sua narrativa acerca da imagem do Estado; pelo fato de o periódico possuir grande visibilidade midiática, podendo, portanto, alterar fatos da esfera pública, à medida que lhe torna convencional e interessante repassar ao público, sob suas perspectivas particulares. Gomes esclarece esse esquema de relações:

Quando os interesses da política, do mundo dos negócios e dos agentes do mundo da comunicação de algum modo convergem haverá sempre quem destrave uma janela, ou finja dormir no seu turno de guarda, ou encabece sublevações internas para se entregar ao adversário. E os interesses do campo político são poderosos e persistentes. (GOMES, 2004, p. 173)

Wilson Gomes (2004) também abre um debate no qual se encaixa com veemência na situação em que O Diário do Pará se porta frente à esfera pública e como é coordenado para construir suas narrativas. O autor aborda e lista três formas¹¹ de intervenções e configurações do interesse político na imprensa, porém, o que realmente importa à discussão no momento é o terceiro meio desenvolvido, que reside no fato de

¹⁰ According to Seymour-Ure, press-party parallelism is present if ties exist between newspapers and political parties. It exists in its strongest form when each newspaper supports a party that is highly visible in the leader columns and in the editorial parts of newspapers—but sometimes also in the news items themselves. (KEMPEN, 2008, p. 25)

¹¹ A primeira é quando o jornal adere ou se alinha ao interesse político por convicção e ou estratégia que, invariavelmente, sacrifica certa autonomia da empresa. A segunda, então compõe um editorial jornalístico mais ativo, é aquele que busca acúmulo de poder, não somente político, a fim de transformar o seu meio de mídia em objeto de barganha ou troca política. (GOMES, 2004, p. 177)



um grupo ou sujeito político controlar ou deliberar acerca de meios de comunicação, ou como em específico da análise: jornais, para através deles, adquirirem vantagens no campo político.

Reiterando a análise de Seymour-Ure que definia níveis de atrelamento político ou *press-party*, acabamos por convergir e interligar então com a terceira forma e definição de insurgência de interesses políticos na mídia, definido por Wilson Gomes, ou seja, O Diário do Pará se encontra na terceira forma de intervenção política na mídia, e apresenta um nível de paralelismo político com o partido PMDB.

É perceptível então, explicitando no caso da matéria, que há sim a questão de informar o público acerca dos índices da violência. Porém, pela sua forma de abordagem e construção da narrativa, é notável um estabelecimento de nível de paralelismo político entre O Diário do Pará e a ideologia partidária ou grupo político que servia de oposição ao PSDB.

“Essas empresas no Brasil são muito mais agências de chantagens políticas do que realmente empresas que vendem o produto da sociedade capitalista, que é a informação. Estão muito mais preocupadas com os anúncios que recebem para obter as suas atividades, com os editoriais, com a seleção de informações que fazem e publicam para fazer a sua pressão sobre o poder público, com o objetivo de obter vantagens para os seus proprietários ou para os seus amigos e anunciantes.(...) A preocupação é aumentar a estrutura tal como está e participar desse jogo em relação ao poder público” (MELO, apud PEDROSO, p. 28, 2001).

Melo (2001) define com excelência o padrão de ação da imprensa brasileira e o seu agir corporativo. E Gomes (2004) determina pontualmente que a obrigação do meio comunicativo de massa [apesar do seu agir corporativo-capitalista] em questão, o jornal, tem por égide do seu comportamento o comprometimento em informar e formar a opinião pública livre de coações, seguido por preceitos democráticos fundamentais, os quais levam em consideração a cidadania, ou o interesse público, um bem maior e inabalável:

“Por isso mesmo, objetividade, imparcialidade e neutralidade só aparecem como princípios em uma forma de vida social em que o interesse da cidadania, o interesse público, é considerado um altíssimo valor (...). Cada jornal, telejornal ou revista representa também, de algum modo, arenas discursivas da política, onde as vozes e posições no campo político – mas também da esfera civil – possam se apresentar, interpretar-se, discutir, rebater e praticar todas essas ações típicas das discussões públicas”. (GOMES, 2004, p. 185)

Em tese, Wilson Gomes, redesenha e esclarece a função do jornal enquanto meio de comunicação. Sua análise compõe a principal relação estabelecida e explicitada na capa e matéria d’O Diário do Pará ao afirmar que o Pará é terra sem lei: ele cria, molda,



forma opiniões e impressões, e por último, informa a situação do Estado. Ele constrói uma narrativa que não aborda e nem discute a violência, pelo contrário, através de seus recursos e artifícios, conta uma narrativa que forma uma opinião pública, e do público. Para ele (2004, p. 186) “permitir o controle político particular da comunicação política é tornar privada, particular, a arena política onde se joga o interesse público.”.

Considerações finais

Dessa forma, onde há tantos conflitos entre interesses políticos há uma fragilização do jornalismo. Tais disputas implicam em diversas questões práticas inevitáveis: a adequação na seleção de conteúdo a ser publicado, o uso de poucas fontes para as matérias, a falta de espaço para a diversidade de ideias e opiniões, o desrespeito ao interlocutor. O interesse da sociedade é colocado em segundo plano, fazendo com que ela seja a maior vítima dos conflitos travados entre interesses públicos e privados.

As possíveis interpretações que o público do jornal faz a respeito da violência (no caso de nosso objeto) se encontram atingidas pela disputa política que se instaura e se desenvolve como pano de fundo das publicações do Diário do Pará. O verdadeiro exercício jornalístico sai de foco. O ideal da atividade como um bem público a serviço dos interesses da sociedade é uma concepção muito distante do que ocorre na realidade paraense.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Afonso de. O Paralelismo Político em Questão In: Revista *Compólitica*. *Compólitica*, v. 2, n. 1, p. 6-28, julho/agosto. 2012.

ESTEVES, João Pissarra. Novos desafios para uma teoria crítica da sociedade: a questão política da comunicação moderna In: Revista de Comunicação e Linguagens. Lisboa: Cosmos, 1995

GOMES, Wilson. Transformações da política na Era da comunicação de massa. São Paulo: Paulus, 2004.

KEMPEN, Van H.M.A. Media-party parallelism and its effects: A cross-national comparative study In: Context in political communication: measurement and effects on political behavior. Amsterdam: UvA-DARE, 2008.

MOTTA, L.G.. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. Rio de Janeiro. Anais do XXVIII INTERCOM, Rio de Janeiro, 05-09/setembro, 2005. São Paulo: Intercom, 2005.

TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*, v. 2, n. 1, 1990.



VELOSO, Maria do Socorro Furtado. Jornal como empresa e política como negócio: um perfil do patronato de mídia no Pará. In: VI SBPJOR, 2005. Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo UMESP (Universidade Metodista de São Paulo) novembro, 2008. São Paulo: SBPJor, 2008.